

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes, porém, quero esclarecer para os visitantes que as sessões plenárias são divididas em partes. Das 14h às 15h temos o horário de Breves Comunicações, quando os deputados se inscrevem para abordar assuntos que lhes cabe. Depois, temos o horário reservado aos Partidos Políticos, que é dividido proporcionalmente entre as bancadas da Casa de acordo com a representatividade.

Em seguida, temos a Ordem do Dia, às 16h, onde se discutem os projetos e também indicações e outros. A seguir, temos um período denominado Explicação Pessoal, onde se inscrevem os deputados

que desejam abordar assuntos considerados convenientes na tribuna da Casa.

Passaremos, então, às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Quero cumprimentar, mais uma vez, os representantes da equipe técnica da Fatma.

Uso a tribuna, no dia de hoje, nestas Breves Comunicações, para fazer um registro, deputado Dirceu Dresch, com muito prazer, muita honra e muita alegria.

Faz dez anos que nós discutimos, neste Parlamento, a interiorização da Udesc. Através de um acordo, foi aprovada a criação dos cursos, na nossa universidade catarinense, a Udesc, de zootecnia, enfermagem e engenharia de alimentos.

O curso de Zootecnia foi destinado a Chapecó; Enfermagem para Palmitos e Engenharia de Alimentos para Pinhalzinho.

Nesta homenagem tão concorrida na noite de ontem em Chapecó com a presença do pró-reitor de ensino da Udesc, do professor Luciano Emílio Hack; do vice-reitor da Udesc, do professor Marcos Tomasi; do ex-reitor da Udesc, do professor Ancelmo Fábio de Moraes; da diretora-geral, Renata Mendonça Rodrigues, uma senhora fantástica, de um conhecimento extraordinário, de um gerenciamento daquela entidade acima das expectativas, conduziu os trabalhos de todas as comemorações e das atividades desses três cursos na região do oeste;

Na ocasião contamos também com a presença da professora do curso de Zootecnia, sra. Maria Luisa A. Nunes; da professora do curso de Enfermagem, sra. Bernadette Kreutz Erbtmann; da servidora técnica, sra. Ivania Aparecida Morche de Jesus; do ex-acadêmico da 1ª turma do curso de Zootecnia, esse menino que ontem deu um exemplo da oportunidade que teve de cursar Zootecnia tão importante para a região, Mateus Pies Giombelli.

Esteve presente, representando este Poder, a deputada Luciane Carminatti. Também esteve lá na

ocasião o vice-prefeito Luciano Buligon, que se pronunciou, representando o prefeito de Chapecó. Representando o governo, estava o secretário de estado, que fez uma bela palestra mostrando a importância da Udesc nos seus dez anos.

Sr. presidente, como é bonito quando prestigiamos um evento como esse. Dez anos atrás, nem todos acreditavam que a Udesc pudesse prestar um trabalho acadêmico, pedagógico, de pesquisa de extensão no oeste catarinense.

Lembro muito bem, quando da destinação dos cursos que votamos nesta Casa, que defendemos o curso de Zootecnia para a região de Chapecó. Era lógico que o curso de Zootecnia deveria ser sediado em Chapecó pelas condições regionais, pelo quadro de professores que lá poderiam atuar e pela facilidade na condução dos trabalhos. Reunido com autoridades de todos os municípios que circundam a grande Chapecó, tive algumas divergências quando a Udesc de Lages solicitava a instalação do curso em Lages. Mas provei que em Chapecó era melhor pelas estatísticas e pelos dados levantados.

Hoje está centrado na Grande Chapecó o maior plantel de Santa Catarina de suínos, aves, bovinos, equinos, caprinos, ovinos e até de muares. A Zootecnia não é nada mais, nada menos do que genética, melhoria das raças, dos planteis, da alimentação dessas espécies todas para que tenham uma produtividade maior. A Zootecnia tem a grande responsabilidade de fazer estudos sobre esses temas para que se produza mais gastando menos. E provei na época que na realidade Chapecó seria o local ideal para a instalação do curso.

O deputado Neodi Saretta, lembro bem, também advogou a causa, pois Concórdia pertence a toda aquela região. Já houve duas formaturas do curso de Zootecnia, com formandos da região de Concórdia, e conversei ontem com alguns deles. Foi uma bela comemoração, uma cerimônia simples, com o testemunho do Mateus, o aluno exemplo da primeira turma de Zootecnia, com o depoimento de coordenadores dos cursos, tanto de Zootecnia, quanto de Enfermagem e Engenharia de Alimentos.

Então, faço esse registro porque acho que este Parlamento tem a responsabilidade de mostrar aos catarinenses o quanto é importante a nossa Udesc ser interiorizada. Estamos organizando para levá-la a Caçador, a Joaçaba e a outros municípios do interior de Santa Catarina. É claro que temos critérios para serem obedecidos. Temos uma lei aprovada por esta Casa, que determina critérios.

Deputado Silvio Dreveck, temos a obrigação de mostrar as necessidades, de provar as demandas que temos no interior do estado, para que a Udesc faça os seus estudos dentro do seu orçamento, para que possamos cada vez mais interiorizar a nossa Udesc que tem ensino gratuito do estado de Santa Catarina.

Por isso, quero cumprimentar mais uma vez a professora Renata, diretora-geral, que conduziu os trabalhos nessa bela comemoração, simples e singela, ao nosso modo, ao modo do estudante, ao modo do acadêmico, ao modo do professor, mas com muita responsabilidade mostrando o quanto é importante a Udesc também lá no interior de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVIA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários da Fatma, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de falar sobre os frequentes casos de racismo ocorridos nos estádios de futebol do Brasil. Três casos aconteceram nos últimos 15 dias que foram contra os jogadores Tinga, do Cruzeiro, Arouca, do Santos, e contra o árbitro gaúcho Marcio Chagas.

Esses casos que acontecem no Brasil, hoje, com mais frequência é de se espantar porque parece que a intolerância tanto no trânsito quanto racial começa a aflorar nas pessoas e não se sabe o motivo. Isso já acontece há muito tempo na Europa também com os jogadores negros. E agora começa a acontecer com mais frequência no Brasil e também

na Copa Libertadores da América, como aconteceu com o Tinga.

Eu quero dizer que é louvável todas as manifestações contra isso, pois é a maior demonstração de mediocridade do ser humano, achar que a cor da pele é que vai ser determinante para a submissão ou prepotência de uma raça sobre a outra. É de causar náuseas e de sentir vergonha de ser humano neste momento.

O que se viu, nos estádios, de manifestações de combate ao racismo é de fato o que se espera, já que também no futebol o número de negros é visivelmente maior e, infelizmente, é uma das poucas profissões que o negro consegue espaços de destaque, consegue se sobressair.

Agora, quero fazer uma reflexão sobre o ocorrido com o jogador Tinga, do Cruzeiro. O que seria do futebol se não fosse a atuação do negro como jogador? Dá para imaginar o futebol brasileiro sem Pelé, sem Garrincha, sem Jairzinho, sem Dadá? É impossível imaginar o futebol brasileiro sem esses atores, sem esses jogadores atuando pelo futebol brasileiro.

Mas a minha pergunta e questionamento são os mesmos que fiz ontem na rede social, *facebook*, pela manhã, ou seja, o grande problema de racismo nos estádios é que ele não fica apenas nos estádios. Ou será que alguém consegue imaginar que aquele que grita macaco para um jogador ou juiz negro deixa de ser racista no dia a dia? Duvido que ele deixe de ser racista no dia a dia. Esse mesmo racista que berra macaco para um jogador coloca banana no carro de juiz pratica o mesmo racismo apenas de forma silenciosa, sorrateira e covarde no dia a dia. Ele continua praticando, apenas não berra macaco, negro e crioulo. Ele faz isso silenciosamente.

Esse racista que berra macaco nos estádios é o recrutador de empresa, é dono de empresa, é o professor também que de certa forma acaba discriminando. Esses racistas estão no dia a dia agindo veladamente, como se pôde ver no ano passado, através de uma matéria que saiu no jornal

A Notícia. E falarei do mercado joinvillense onde a pesquisa foi feita.

Em Joinville as pessoas preferem pessoas brancas, homens e jovens. Então, esses racistas dos estádios estão lá.

Presenciei nos estádios, quando o Max era goleiro do Joinville, que também foi do Botafogo, torcedor xingando-o de macaco. Então, mais do que manifestações durante os jogos de futebol quero dizer que elas são válidas, mas é no dia a dia que isso precisa ser combatido. É um racismo silencioso, covarde, medíocre, que se pratica e esse mesmo racismo é o que segrega, maltrata e seleciona.

Antes mesmo desses episódios, presenciamos vários deles, como a da cabeleireira xingada, porque uma australiana não queria ser atendida por ela. E um haitiano esta semana foi expulso ao procurar emprego. Assim as pessoas reconhecem que existe o racismo, sabem que tem, mas quando se empreende programas, projetos, para o combate ao racismo, não apenas dos estádios, mas no dia a dia, as pessoas se levantam contra esses programas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Quero parabenizá-lo pela sua fala e ser solidária à sua manifestação. É lamentável que aconteçam episódios como esses por causa da cor da pele ou qualquer outra forma de discriminação, pois lutamos também na questão das mulheres.

Por isso, sou solidária ao seu posicionamento, e é lamentável que aconteçam situações dessa natureza. Temos que ser intolerantes com isso, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Sr. presidente, gostaria de dizer mais uma vez que é importante, sim, que no dia a dia nos estádios se faça esse combate, mas também é importante reconhecer esse racismo que existe na hora de recrutar um funcionário, de escolher as

pessoas que vão figurar uma propaganda do governo ou de uma empresa. Então, esse racismo precisa ser combatido.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Sandro Silva, eu não poderia deixar de pedir um aparte pela importância do assunto que v.exa. aborda. Penso que esses casos que aconteceram no meio esportivo servem para realmente fazer essa reflexão que v.exa. está fazendo. E a solidariedade é boa e é importante. Mas nesses casos não bastam somente a solidariedade.

Acredito que a CBF, no caso específico do esporte, tem que tomar uma medida punitiva. Se não tiver medida punitiva aos clubes, aos responsáveis, para que identifiquem isso, a coisa vai ficando. E as empresas onde têm essa discriminação devem tomar medidas punitivas, sim. Mais do que nunca está provado que precisamos avançar muito ainda, deputado Sandro Silva.

Parabenizo v.exa. pelo seu discurso e somos solidários a essa luta.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Volto a lembrar de que por mais que sejam punidos os crimes de futebol, os racistas nos estádios continuarão sendo racistas. Estarão no meio de nós.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu gostaria de cumprimentar as pessoas que estão acompanhando esta sessão e de forma especial os servidores da Fatma que estão aqui presentes, com suas justas reivindicações. Nós, da Bancada do PT, somos solidários a essas lutas. Entendemos que a Fatma é

um órgão que precisa ser fortalecido, porque tem muitas ações que precisam ser fortalecidas, as quais demandam da Fatma.

Eu gostaria de registrar e saudar a presença do prefeito de Capinzal, que está em nossa Capital assinando convênios e parcerias para o seu município.

Desejo-lhe uma boa estada aqui na Assembleia Legislativa.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Seja bem-vindo, prefeito do município de Capinzal.

Com relação ao pronunciamento do deputado Sandro Silva, nos causa bastante surpresa, racismo no Brasil, um país que tem mais negros depois da África. É difícil para todos nós que não tenhamos em nossa família alguma descendência da raça negra. E justamente aqui no Brasil esse tipo de acontecimento é lastimável.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimento os grandes batalhadores e batalhadoras que são servidores da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Fatma.

Essa entidade vem sendo motivo de muito debate nos últimos anos pela situação que vive. E os dados comprovam isso.

Recebi agora o documento de vocês, que nos coloca a situação dos servidores nos últimos 11 anos, com perdas contínuas, devido aos baixos salários e às más condições de trabalho. Aproximadamente 70% dos servidores empossados desde 2008 já solicitaram exoneração do órgão, produzindo um quadro de absoluta escassez de servidores no licenciamento ambiental, fiscalização de unidade e conservações estaduais.

Cito este exemplo como um exemplo de grandes preocupações. Deputado Moacir Sopelsa, deputado Reno Caramori, v.exa., que acompanham esse debate, nada mais se faz hoje sem ter licença ambiental. É justo e é correto ter licença ambiental. Agora, isso precisa funcionar, precisa andar, precisa ter um órgão ágil, precisa ter pessoas.

Temos secretarias regionais em Joaçaba, Chapecó, São Miguel d'Oeste, Caçador, com dois ou três funcionários para atender aos 48 municípios dessas regiões. É humanamente impossível.

Aí o que vocês reclamam aqui é justíssimo. Podem contar com o nosso apoio.

(Palmas das galerias.)

Fala-se aos quatro ventos deste país que o nosso estado é uma potência. O estado é pequeno, mas é potente, mas precisamos fazer justamente justiça com quem está no dia a dia cuidando do meio ambiente. Precisamos cuidar das questões humanas, das questões fraternas de convivência do ser humano, do desenvolvimento, da economia, e ter cuidado ambiental.

Então, é justa a luta de vocês. Nós estivemos juntos na sexta-feira com os demais servidores na frente do Centro Administrativo, empenhando nosso apoio aos demais servidores que fazem uma luta justa em Santa Catarina.

Não é possível que trabalhadores, servidores que estão atendendo à população, que cuidam da saúde, que cuidam da educação, que cuidam da questão ambiental, cuidam do desenvolvimento de nosso estado, porque cuidar do meio ambiente é discutir desenvolvimento sustentável...

Então, é necessário que os funcionários esgotassem todas as suas formas de diálogo com o governo, esgotando também prazo sem que nenhuma garantia legal para que uma solução tenha sido apresentada...

Os servidores da Fatma deliberaram pelo retorno das mobilizações diárias com indicativo de greve para o dia 20 de março.

Então, é isso, se não há negociação, é o jeito, é a forma constitucional que os servidores tiveram para fazer a sua mobilização, porque tem que haver diálogo.

Se não há condições de continuar o trabalho, e de fato os funcionários cumprirem as suas funções...

Parabéns a vocês, continuem na luta. E vou acompanhar a caminhada de todos vocês.

(Palmas das galerias)

Eu quero também cumprimentar o prefeito Andevir Isganzella, de Capinzal, o Alcides de Andrade, vice-presidente da Fanpesc, grande lutador das micro e pequenas empresas, o Fábio Braga, presidente da Ampa de Florianópolis. Nós tivemos a alegria de sermos homenageados no ano passado pela Ampa, pelo nosso trabalho prestado às micro e pequenas empresas do estado e da grande Florianópolis.

Eles estão nesta Casa discutindo o que nos últimos dias vem muito sendo debatido nesta Assembleia Legislativa, que é o Projeto de Lei n. 011/2013, projeto que foi aprovado nesta Casa, que aumenta as taxas cartoriais dos tabelionatos do estado de Santa Catarina.

Eu quero trazer esse debate, porque temos para apreciar o veto do governo do estado sobre esse tema de aumento de taxas, de aumento de impostos para a sociedade catarinense. Esse projeto foi aprovado no ano passado, mais um projeto aprovado no afogadilho do final do ano. Claro que o projeto tramitou por muito tempo na Casa, mas veio para votação nos últimos dias do ano de 2013.

Nós tivemos um projeto tranquilo, aprovado na comissão de Constituição e Justiça, inclusive eu pedi vistas e votei com o relator, deputado José Nei Ascari. Mas tivemos emendas, e uma emenda do deputado Aldo Schneider, líder do governo, na nossa avaliação, mudou toda a lógica do projeto.

Recebemos vários documentos nos últimos dias, deputado Nilson Gonçalves, e somos contra e vamos votar em manter o veto do governador, porque principalmente três emendas colocadas no projeto mudaram toda a lógica das cobranças das taxas cartoriais.

Então, rapidamente vou levantar alguns dados, porque sempre há reclamações que os cartórios têm pouca renda, mas ouvimos alguns cartórios, com faturamento em torno de quase R\$ 8 milhões por ano, como um cartório de Chapecó, outro de Florianópolis. Então, entendemos que há um movimento, que há um faturamento muito grande, e não há motivos para tanta preocupação. Por isso,

achamos justas as questões que são levantadas por essas entidades.

(Passa a ler.)

“Os cartórios que faturam R\$ 4 bilhões no Brasil por conta da obrigatoriedade dos registros foram beneficiados de forma abusiva como o projeto de lei aprovado no apagar das luzes do ano passado e sem o debate público necessário.

Sim, os cartórios catarinenses movimentam cifras milionárias, um único cartório de registro de imóveis do centro da capital faturou R\$ 3,5 milhões no segundo semestre de 2013. Isso não é realidade exclusiva da capital, em Chapecó, outro cartório de registro de imóveis, faturou mais de R\$ 8 milhões durante todo o ano passado.

O projeto original era positivo, reduzia custas documentais de imóveis entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil de divórcios e inventários. Porém, quatro emendas parlamentares foram incluídas ao projeto elevando seis outras taxas. Dependendo do documento os aumentos chegam a 100, 300, 400 e até 1.000!

Vou citar aqui estudo feito pelo Sindicato da Habitação de Florianópolis: o reajuste do reconhecimento de firma para transferência de veículo, que custa R\$ 2,40 e passaria para R\$ 13, mais de 400% de aumento. Escritura sem valor, referente à documentação de adoção e convenção de condomínio, de R\$ 26,00 passou para R\$ 71,30, 173% de aumento.

Loteamento e desmembramento, incorporação e instituição de condomínio de R\$ 520,00 para R\$ 1.040,00, cem por cento de aumento. Se estivermos falando de um bloco de apartamentos com 100 unidades, o valor saltará de R\$ 520,00 para mais de R\$ 15 mil, mais de mil por cento de aumento.

Averbação do cancelamento do ato de registro de imóveis, de R\$ 80,00 para até R\$ 346,00, em torno de 300 por cento de aumento.

Pergunto: é compatível um aumento de 300% sobre uma taxa cartorial, de uma única vez, sem comprovação de sua necessidade? Vale lembrar que os atos de averbação no estado de Santa Catarina estão entre os três mais altos do país. O que

representa hoje uma grande receita aos Cartórios de Registro de Imóveis.

A função do cartório tem caráter eminentemente público. Os aumentos aqui aprovados vão causar diariamente grande impacto financeiro para a sociedade catarinense.”

Esses são alguns dados que estamos trazendo com relação a este grande aumento provocado por estas emendas feitas na CCJ por um substitutivo global. Por isso, nossa bancada também discutiu este tema no almoço e somos favoráveis a manter o veto e manter o projeto original. Por isso, entendemos que há abuso de aumentos que com certeza fará subir a carga tributária para a população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência registra a presença do vice-prefeito de Capinzal, sr. Vilson Luis Farias. Seja bem-vindo a este Parlamento.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que já nos conhece há tempo, pois de vez em quando transita por São Bento do Sul, mas só pela televisão consegue entrar nas casas das pessoas e sempre há um retorno, um agradecimento merecido ao deputado Nilson Gonçalves.

Mas o que me traz à tribuna, no dia de hoje, é uma matéria, deputado Reno Caramori, que foi publicada na Folha de S.Paulo, e que é preocupante.

Nós, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que também transita por São Bento do Sul toda semana, indo até Canoinhas, acabamos de entregar a poucos dias o resultado da nossa CPI da telefonia móvel em Santa Catarina.

E eu aqui já me pronunciei várias vezes sobre esse assunto, que nós colhemos um bom resultado para a população catarinense. O que chama a

atenção é que o governo federal vai fazer um novo leilão agora no 4G.

E a Folha de S.Paulo publicou esta matéria no dia 06 de março, com o título, não é o deputado que está dizendo: Leilão do 4G vai engordar superávit do governo.

(Passa a ler)

"Para reforçar o caixa o governo estuda mudar regras e elevar os valores cobrados."

Deputado Reno, uma das propostas é retirar metas de cobertura e cobrar até 15 bilhões por licenças que na verdade eram de seis bilhões. Ou seja, o projeto inicial de 6 bilhões, mas estabelecendo metas de cobertura. A meta de cobertura é o sinal de abrangência do sistema da telefonia móvel, neste caso específico, o 4G.

Vamos ler a nota.

(Continua lendo)

"As teles devem ajudar a salvar as contas do governo, que decidiu mudar as regras da fase dois do leilão do 4G para reforçar o caixa e, assim, cumprir as metas de superávit fiscal sem apelar para manobras contábeis.

O leilão está previsto para agosto, e o governo, que antes pensava em cobrar R\$ 6 bilhões pelas licenças e impor metas de cobertura aos vencedores, agora quer um valor maior, retirando parte das obrigações das empresas.

A folha apurou que, com as novas regras em estudo, a União poderá levantar até R\$ 15 bilhões.

O governo prevê uma meta de superávit neste ano de 1,9% do PIB e já sinalizou que pretende cumprir o objetivo sem as manobras de anos anteriores, que criaram dúvidas sobre a credibilidade da política fiscal do país.

No debate do 4G, Tesouro e Ministério das Comunicações estão em lados opostos.

Para cobrar o máximo possível, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, defende o mínimo de metas aos vencedores. Uma das ideias é vender as licenças, sem obrigações de cobertura, em dois blocos, e não em quatro, como previsto inicialmente.

Isso já elevaria o preço das licenças para R\$ 12 bilhões. Não está claro como seria esse modelo, mas pode afetar a exigência de cobertura (deixando cidades menores de fora) e de qualidade.

Para as comunicações, isso é inviável porque afetaria o equilíbrio do mercado.

Há dois anos, as empresas só aceitaram entrar no leilão do 4G porque haveria uma segunda etapa com frequências complementares. Frequências são como avenidas por onde as operadoras fazem trafegar seus sinais.

Sem as frequências complementares, a conta do 4G não fecha para as empresas.

O problema é que, em dois blocos, como cogita Augustin, duas operadoras que participaram do primeiro leilão ficaram fora da segunda etapa. O ministro Paulo Bernardo (Comunicações) é contrário a esse modelo.

Para resolver o imbróglio, outra ideia está em estudo. Dividir as frequências em quatro blocos: dois maiores e dois menores. Os menores teriam obrigações. O terceiro maior que os dois anteriores, teria obrigação de compartilhamento com os serviços de segurança e emergência."

Deputado Reno Caramori, se isso de fato acontecer do novo leilão que o governo está propondo em não estabelecer metas de cobertura, mais uma vez o Brasil todo estará elaborando CPis, cobrando uma coisa, pois a lei vai amparar as empresas de telefonia. Assim estabelece o leilão. Ora, se não preciso dar o mínimo de cobertura de sinal, obviamente que posso pagar mais para o governo.

Então, isso é o modelo arrecadatário que infelizmente continua, sim, a propagar, ou seja, uma decisão do governo que prevê exclusivamente arrecadar dinheiro para os cofres. Repito, se nós há poucos dias terminamos uma CPI, chegamos a um acordo, um termo de compromisso, o próprio governo entendeu que havia necessidade de fazer um leilão determinando uma distância mínima de cobertura de sinal, ou seja, no mínimo de 30 quilômetros, conforme o último leilão que foi um grande avanço porque atende ou vai atender melhor a população na

área rural, grande parte das nossas rodovias, vai estender o serviço de internet nas escolas públicas rurais, mas para isso foram 12 anos ou mais de pagamento que os usuários fizeram, e serviço na época não contemplava e ainda não está contemplando.

Mas o mais estranho, porque já passamos por todos esses desafios, por todos esses constrangimentos e reclamação do usuário das linhas de telefone imóvel, não é possível admitir que hoje ainda esteja pensando fazer um novo leilão neste modelo arrecadatório sem o compromisso mínimo de dar cobertura a uma distância determinada pela própria legislação que vai estabelecer o leilão.

Espero que lá no Congresso Nacional os nossos deputados federais não só de Santa Catarina, mas do Brasil todo que os nossos senadores, que os ministros que estão elaborando esse próprio leilão, juntamente com o governo federal tenham a sensibilidade de fazer, sim, o leilão do 4G, mas estabelecer o mínimo, ou seja, uma cobertura condizente com a realidade da venda dessas linhas do 4G porque se não mais uma vez a população brasileira vai pagar por um serviço de mínima qualidade, de abrangência pequena e vai haver novamente a insatisfação, a reclamação.

Vamos torcer para que o governo repense e não lance esse modelo arrecadatório simplesmente em prejuízo à população brasileira.

Obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, público presente, o que nos traz a esta tribuna hoje é um assunto mais ameno.

Quero relatar um pouco como foi o aniversário de Joinville, a maior cidade do estado, a mais próspera, com o maior colégio eleitoral e o maior número de habitantes. A terceira força econômica do sul do Brasil completou no domingo 163 anos.

Acompanhamos alguns dos eventos comemorativos desse aniversário. Um deles foi a reinauguração do Parque Zoobotânico de Joinville, que devolve para a cidade um pouco da autoestima do joinvillense, que aguarda também a inauguração do mirante do Boa Vista, que fica no mesmo local do parque.

Falo isso, porque, há uns dez anos, sempre que recebíamos visitantes em Joinville, parentes, amigos, fazíamos questão de levá-los tanto ao parque zoobotânico e ao mirante do Boa Vista. Então, o parque já foi revitalizado. Ficou muito bonito, totalmente readequado, e agora aguardamos a finalização do mirante do Boa Vista. Isso trará um novo foco turístico para a cidade de Joinville.

Houve também a reinauguração do parque da Caieira, que fica na zona sul da cidade. Na noite do dia 09, no domingo, e a chuva quase impediu, ocorreu o desfile cívico, com 60 entidades desfilando em Joinville. Ainda no sábado, na praça do Mercado Público Municipal, ocorreu o show dos Demônios da Garoa. Na sexta-feira tivemos a volta à ativa da Academia Joinvillense de Letras e no dia 26 de março teremos a volta da Orquestra Sinfônica de Joinville. Ontem, a maestrina Fabrícia Piva, responsável pela orquestra, comemorava a chegada dos instrumentos. E já estão ensaiando para o grande lançamento da Orquestra Sinfônica de Joinville.

Dentre todos os eventos comemorados em Joinville, está uma grande obra, a inauguração do binário do bairro Vila Nova, muito aguardada pela região oeste da cidade, que visa desafogar o trânsito. Ficou uma obra muito bonita, extremamente útil para aquela região. Realmente vai desafogar o trânsito, pois havia filas gigantescas pela manhã e pela noite. O governo do estado deu um belo presente para Joinville, fazendo com que o binário do Vila Nova entrasse em funcionamento no domingo. Ainda existem algumas

coisas para se fazer, algumas intervenções por parte do poder público municipal e estadual, mas ao longo deste mês e do próximo mês serão realizadas.

Fica, então, o relato do que foi o aniversário de Joinville, muito bem prestigiado. Inclusive o governador Raimundo Colombo esteve presente no domingo para entregar essa obra importante, o binário do Vila Nova.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Quero agradecer a presença da vereadora do município de Otacílio Costa, Salete de Liz Ferreira, também da presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, sra. Lucia de Fátima Coelho, do técnico da secretaria de Agricultura da mesma cidade, sr. Carlos Alberto, que estão numa comitiva. Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem está aqui presente na tarde de hoje e também quem está nos acompanhando pela TVAL e Rádio Alesc Digital, inicialmente quero dizer que nos solidarizamos e apoiamos a pauta dos servidores da Fatma, que estão presentes na tarde de hoje. Eles estão reclamando o tratamento e a estruturação da carreira de forma que trabalhar na Fatma volte a ser atrativo para uma função social e ambiental, absolutamente necessárias e que têm perdidos os seus quadros. Inclusive, pela baixa remuneração preferem trabalhar em outro lugar.

Então, é preciso recompor os quadros para que passem por uma política salarial que torne atrativa essa importante função social dos trabalhadores públicos concursados da Fatma. Em outras parece que o governo prefere sucatear, deixar falir e depois contratar uma empresa ou consórcio de empresas para fazer o serviço. Isso é

um absurdo! E já tem ocorrido especialmente na vigilância sanitária - privatizar a vigilância sanitária.

É isso o que está acontecendo no estado. Talvez na Fatma se pretenda fazer a mesma coisa para a alegria inclusive daqueles que querem degradar ainda mais o meio ambiente. Então, a missão de vocês, a tarefa social de vocês com vistas, inclusive, ao futuro da sobrevivência humana de relações harmônicas e saudáveis do ser humano com o ambiente não podem ficar secundarizado dessa forma.

Então, vocês têm todo o nosso apoio, inclusive nos posicionando de forma que vocês possam ainda na tarde de hoje fazer uso da tribuna.

Nós sabemos que existe um acordo de líderes e que precisa ser de 24 horas de antecedência essa solicitação, mas a nossa posição, enquanto líder do PSOL, desde já, é que possamos abrir essa sessão num acordo de líderes e com a Mesa e assim vocês possam ainda na tarde de hoje fazer uso da palavra depois da Ordem do Dia.

Parabéns pela luta que também é de interesse do conjunto da sociedade, portanto, precisa e é nossa também.

Parabéns!

(Palmas)

Estou há dias para falar um pouco da situação da Croácia. É lá longe! Mas este Parlamento precisa refletir sobre aquilo que está acontecendo no mundo, até porque os meios de comunicação, inclusive os daqui de Santa Catarina, têm falado bastante a respeito desse assunto.

Alertamos inicialmente que não temos nenhuma relação e nenhuma simpatia pelo governo deposto, Viktor Yanukovych, e também não temos com o governo da Rússia, do Vladimir Putin. Aliás, o socialismo deixou de existir no leste europeu há um quarto de século. Então, não estamos manifestando apoio àqueles governos que caíram da Ucrânia nem ao governo russo. Mas ficamos espantados em ver a forma de noticiar: "A Rússia tentando intervir na liberdade dos ucranianos." Essa é a notícia. Isso é um absurdo, porque quem

está fazendo isso são os países mais ricos da Europa Central e os EUA.

Depuseram um governo em nome da democracia e no dia seguinte saíram caçando comunistas e judeus em Kiev, derrubando estátuas, não apenas a de Lênin, mas também dos heróis da Segunda Guerra Mundial, que combateram o nazismo na Ucrânia. Aliás, eles estão andando de suásticas e de uniformes em Kiev, e líderes, chefes de estado dos Estados Unidos e da Europa estão indo lá se abraçar com essa gente, em nome da liberdade. E acho curioso que os grandes meios de comunicação não apontam, não mostram essa realidade objetiva. Repito, nenhuma simpatia pelo governo da Rússia nem pelo governo deposto da Ucrânia, mas que o que tem lá é um processo de nazofascismo acelerado. Estão ressuscitando o monstro.

Então, tem um processo de reerguimento das forças nazistas, e no momento a Ucrânia é o lugar em que está mais destacado isso, mas a humanidade inteira está a criticar o Vladimir Putin, porque não quer. Mas os Estados Unidos ou outros países da Europa Central, responsáveis por aquilo que está colocado...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, mais uma vez cumprimento os nossos colaboradores da Fatma.

Na quinta-feira passada usamos a tribuna para defender o boi, quando falava a respeito da diferença da farra do boi e do torneio de laço dos

rodeios. E ao sair desta tribuna, alguém apaixonado, mal orientado, que defende a farra do boi, interpelou-me e disse que eu não tinha o direito de contestar a farra do boi, porque é uma tradição do litoral catarinense, de muitos anos, até porque defendo o tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina, como no Rio Grande e em qualquer estado, na prática do esporte do torneio de laço.

Temos aqui em Florianópolis, São José, o maior CTG de Santa Catarina, Os Praianos, que mantém as invernadas campeiras, a gineteada, o torneio de laço, uma demonstração do homem e o cavalo. Temos as invernadas artísticas onde mostram a declamação, a canção, a parte da culinária.

O tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina, divulgado no Brasil inteiro, não é de origem do estado do Rio Grande do Sul, é de outras plagas, mas o Rio Grande adotou e foi divulgando. E essa pessoa me dizia que a farra do boi tem que continuar.

Então, eu disse para ela que assisti há uns dez ou 12 anos, pois sou proprietário de um terreno no município de Governador Celso Ramos, a um farrista sangrando o quarto do boi com canivete, cravando no quarto, e o boi estarrecido apenas tremia, estava paralisado. E ele continuou cravando o canivete na quartaria do boi.

Vocês acham que está certo isso?

O torneio de laço tem regras, sr. presidente. O laço não pode pesar mais de um quilo e meio. A argola tem que ter tamanho regular, para que mesmo batendo no chifre não o machuque.

O laçador não pode em momento algum golpear o boi após fechar a armada. Não pode judiar do animal e muito menos o cavalo. Não pode usar a espora de roseta, é a espora lisa, só para conduzir o animal, pois ele obedece ao sinal da espora.

O cavaleiro não pode em momento algum judiar do cavalo, do boi, da vaca que ele está laçando. Então não podemos comparar com a farra do boi, minha gente.

Está se aproximando os dias dessa tradição. E não tiro o direito dos farristas, mas que façam em uma arena, dentro de um cercado, brinquem com o boi, enfrentem o boi, que é essa a tradição, mas não maltratem o animal. Ele tem direito de viver sadiamente, não sendo molestado.

Aí essa pessoa me dizia que o boi no torneio de laço corre 100 metros com o cavalo atrás. E eu disse a ele: você me falava há pouco que vinha do interior e que trabalhou no arado, com uma junta de bois. Será que essa junta de bois trabalhava direto das 6h ao meio-dia, no arado? Você dava uma comidinha ao meio-dia ao animal e uma água? E depois, até o anoitecer, com esses bois no arado, não era muito mais judiaria do que no esporte, correndo 100 metros e parando por uma hora? Aí, ele me deu razão, mas dizendo que tem que continuar fazendo a farra do boi, porque é uma tradição que vem dos avós.

Tudo bem: façam a farra do boi. Mas façam num local apropriado.

Sr. presidente, v.exa. que faz parte do litoral catarinense tenho certeza que deve ser também apreciador e não aceite as atitudes perversas contra o animal.

Tem mais um detalhe: vocês viram na imprensa catarinense um boi que, fugindo da agressão dos farristas, adentrou ao mar e até hoje não voltou? Preferiu morrer afogado do que aguentar os maus-tratos que vinha recebendo dos farristas.

Então, peço a reflexão dos brasileiros, dos catarinenses, dos nossos amigos, da nossa juventude catarinense. Observem bem como se brinca com qualquer outra coisa.

Na Espanha há matança. Brinquem com o boi, mas não o maltratem.

Acho que chegamos na evolução do mundo com o direito também de defender. Claro, cada momento tem o seu direito, mas não podemos maltratar o nosso animal, porque é uma tradição que vem de pai para filho.

Podemos melhorar, porque tudo evolui. Uma vez não tínhamos internet, não tínhamos comunicação. Pegava-se o cavalo para ir lá no vizinho dar o

recado ou mandava pelo ônibus. Mas hoje, não. A modernidade veio. É só apertarmos um botão e falamos com o mundo. Por que então continuarmos a maltratar o nosso animal? Por que é uma tradição centenária ou milenar?

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

Informo àqueles que não conhecem o Regimento Interno que o horário distribuído aos Partidos Políticos é de acordo com o tamanho da bancada de cada partido com assento nesta Casa. E o PMDB, por ser o maior partido da Casa, tem 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados, sras. deputadas, senhores e senhoras que assistem a esta sessão na tarde de hoje, servidores da Fatma, também quero cumprimentar a nossa imprensa.

Eu recebi quando chegava a este plenário uma carta aberta à sociedade catarinense, dos servidores da Fatma.

Eu venho de uma região e para aqueles que a conhecem sabem que a nossa economia no meio-oeste e oeste do nosso estado, o agronegócio, é a agricultura, a suinocultura, a avicultura, a produção de leite.

Eu tive toda a minha vida vinculada a essa atividade por causa da minha família. E hoje como parlamentar, eu estou no quarto mandato, eu sou diariamente procurado pelas pessoas que precisam de uma licença. Eu tenho plena consciência que o quadro de pessoal da Fatma é muito inferior do que as demandas que a Fatma precisa exercer.

Então, quero dizer a vocês que não saberia encontrar uma solução para os funcionários, mas quero dizer que todos têm o meu total apoio em busca da melhoria e do melhor, e quando falo

melhor não é porque os servidores não querem fazer o seu trabalho, mas tem que colocar mais servidores na atividade. E quando vocês reivindicam melhorias nos salários, sou um deputado que faço parte da base do governo, mas também reconheço quando se precisa melhorar o salário do servidor público, quando se precisa melhorar a possibilidade do trabalho do funcionário público.

Quero cumprimentá-los e dizer que são pessoas respeitadas, que estão respeitando o Parlamento, e nós temos o dever e a obrigação de encontrarmos soluções para essa empresa, que é importantíssima para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Estou dizendo isso não é porque vocês estão presentes neste plenário, mas porque essa é a minha opinião.

Precisamos dar agilidade às ações, porque as pessoas que estão esperando o nosso trabalho querem solução. Muitas vezes não conseguimos dar essa agilidade, porque não estamos nos locais.

Aqui ouvi falar da regional de Joaçaba, na regional de Chapecó, na regional de Videira, e nós de Concórdia pertencemos à regional de Lages. Então, pela importância que tem a Fatma e pelo trabalho que precisa prestar, teria que ter uma regional também em Concórdia, não apenas para ter um gerente regional, um cargo de confiança, mas para ter técnicos, pessoas que possam ajudar, para que o produtor não fique meses sem licença.

Por isso cumprimento todos vocês e quero dizer que dentro das minhas possibilidades podem contar com o meu apoio.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Quero dizer que suas colocações são coletivas na nossa bancada e aqui nesta Casa, no sentido de melhorar as condições dos servidores da Fatma que hoje se fazem aqui presentes.

Todos os investimentos dos diversos setores do segmento produtivo passam primeiramente pelo

crivo, pela análise do órgão ambiental. E ele estando aquém da expectativa da sociedade, com seu quadro de servidores descontentes que não consigam atender as demandas que o nosso estado precisa, e o Brasil é um país que cresce e Santa Catarina cresce ainda mais. Então, temos que fazer justiça e reivindicar as melhorias devidas fazendo coro ao seu discurso aqui neste momento em que se encontram também os servidores da Fatma. Estamos juntos nesta reivindicação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Eu o sucedo na liderança da bancada e v.exa. me sucede na presidência da comissão de Agricultura. Já tive oportunidade de dizer que v.exa. vem de uma região bastante industrializada, mas sei que tem sensibilidade e sabe o quanto é importante a produção primária no nosso estado, principalmente no agronegócio de Santa Catarina.

Quero justificar que o deputado Neodi Saretta, não pode acompanhar a passagem do governador por Concórdia e por Seara, e me associo ao motivo de tristeza e de dor de v.exa., pois nesse final de semana passado perdeu uma das pessoas de sua confiança, uma concordiense, de uma família que tem o respeito de todos e que acompanhava v.exa. há muitos anos. Vai ficar na nossa lembrança o trabalho da boa pessoa que era a nossa amiga Dirlei.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o governador do estado mais uma vez esteve na nossa região e me sinto contemplado e feliz quando vejo que podemos, através do Executivo, realizar as obras que precisamos na nossa região. Concórdia, deputada Ana Paula Lima, há muito tempo espera por um contorno a altura do crescimento do nosso município.

Sábado o governador entregou a ordem de serviço no valor de R\$ 34 milhões. E outra alegria que sentimos, sei que posso compartilhar com o deputado Neodi Saretta, é que uma empresa de Concórdia ganhou essa licitação. E isso vai dar uma alternativa, vai dar outra visão de

desenvolvimento para o nosso município. Também no município de Seara, que tem um acesso difícil.

Muitas pessoas perderam a vida, quem sabe dezenas, centenas de pessoas que precisavam passar pelo município de Seara, na descida de Chapecó para chegar a Seara. Muitos caminhões, muitos carros desgovernados, fizeram com que os seus condutores perdessem a vida.

E há também, deputado Reno Caramori, uma obra, que eu devo fazer justiça e agradecer a sensibilidade do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira pela importância de ter tido essa decisão. Quero, em nome da nossa gente do meio-oeste de Santa Catarina, fazer este agradecimento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sobre outro tema, ainda, deputado Moacir Sopelsa, nunca se sabe a hora de partir. Nunca sabemos quanto tempo vamos ficar aqui na terra, estamos de passagem.

Mas, o que me causou muita dor, muita tristeza, e já compartilhei isso com o deputado Neodi Saretta, foi a perda, realmente, de Dirlei Magnani. Ela foi chefe de gabinete do deputado Neodi Saretta, mas ela fez aqui uma conquista com todos os funcionários desta Casa e com todos os deputados, pela sua postura ética, o seu comportamento, o seu riso, pela forma como atendia as pessoas.

Então, compartilhando com o deputado Neodi Saretta e com todo o seu gabinete, tenho certeza de que foi uma perda irreparável, mas um exemplo também.

A gente nunca sabe a hora que vai, mas temos certeza que, nos 48 anos da Dirlei, ela plantou muita coisa boa na política e fora da política, porque com um sorriso estampado no rosto ela nos ensinou muito.

Não trabalhei com ela, mas cativou a todos nós. Então, realmente foi uma pena a perda da Dirlei tão precocemente.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima, incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento.

Também o vosso sentimento de dor, de perda desta amiga. Eu ainda tive a felicidade de conviver, minha mulher foi colega de infância da Dirlei. Elas eram vizinhas, como nós chamamos as pessoas que residem perto.

Então, eu deixo aqui os meus sentimentos e o meu agradecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência do PSDB, o próximo horário está destinado ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos prestigia na sessão, tanto pela TVAL como pela Rádio Digital.

Saudamos também os funcionários da Fatma, que têm todo o nosso apoio. A presença de vocês aqui, não só como estratégia de mobilização, mostra a importância que têm no processo, principalmente no processo de desenvolvimento do nosso estado.

Eu fiz aqui a mostra de um vídeo que está na *internet*, no *You Tube*, e me pediram para repetir, o deputado Silvio Dreveck também pediu, já que eles estavam na comissão de Educação.

Vou pedir para apresentar novamente um vídeo que me deixou preocupado. O Deputado Nilson Gonçalves está perplexo. O vídeo foi publicado no dia 02 de março de 2014, tem quase 30 mil acessos. É publicação de Flávio Passos, numa entrevista no Canal Kim Kataguirí, mostrando uma professora da cidade de Chapecó, Ana Caroline Campagnolo. Ela relata sobre uma reunião que aconteceu em Chapecó, dos professores, na revisão curricular do ensino em Santa Catarina.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Recebi um email de um pai dizendo: "Deputado, isso confere com a realidade da educação em Santa Catarina?" E quando abri o link imaginei que fosse sobre as questões que estamos acostumados a ver sobre Vigilância Sanitária fechando escolas por falta de manutenção e tal. E, quando me deparei com a fala dessa pessoa, achei estranho. Trago o assunto a esta Casa não é pelo caso de ser de esquerda ou de direita. Entendo que não se pode puxar nem por um lado, nem por outro. A posição do governo deve ser neutra.

Recebi, logo depois que rodei esse vídeo pela manhã, no meu gabinete o chefe de gabinete do secretário Eduardo Dechamps, que ficou de, até o final da tarde, trazer algumas informações e mostraria todo o processo que está sendo feito no estado inteiro de averiguação do currículo. Ele ficou de fazer um levantamento para saber um pouco mais sobre essa reunião que a professora fala, com relação ao fato que ela colocou no vídeo.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Primeiramente, quero dizer que sou professora e, na educação, discute-se concepções teóricas. Ela falar de Gramsci! Ou até poderia falar de Paulo Freire. Ela deveria ter orgulho em saber que esses grandes educadores e filósofos estão sendo trabalhados numa proposta curricular. Causa-me espanto essa educadora ignorar o materialismo histórico dialético, porque hoje é o que mais se discute no mundo inteiro. Aliás, os Estados Unidos, que é o império do capitalismo, discute Paulo Freire muito mais do que o Brasil. Existem escolas freireanas nos Estados Unidos, que discutem educação popular. Então, mostra uma total ignorância, e me causa mais espanto o que ela diz.

Em segundo lugar, não estou aqui fazendo papel de governo, mas se tem uma coisa que Santa Catarina fez bem na educação foi a proposta curricular do estado. Temos que fazer justiça aqui quanto a isso. E, não vou nem dizer quem era o

governo na época ou o secretário, porque não importa. A proposta curricular de Santa Catarina é uma referência para o país inteiro e tem um viés no materialismo histórico dialético, sim, porque na educação já ultrapassamos a visão positivista, autoritária, conservadora, de o aluno ter que ficar de joelho para o professor e apenas o professor ser o dono da verdade e do conhecimento. O que está por trás dessa fala é voltar àquela educação onde o saber popular não entra, onde não entra o saber das classes populares. É isso que essa professora ignora. Quem conhece a proposta curricular, como esta deputada, sabe da sua construção inicial e a de agora. Está sendo feito um movimento, e não é de nenhum professor de esquerda, mas da secretaria de estado da Educação, em que se está chamando 100 mil professores de Santa Catarina para rediscutir essa proposta curricular. E lá há professores de esquerda, de direita e de centro perdidos e confusos, todos junto discutindo a educação. Tenho uma aluna na escola pública. E quero dizer que essa professora deve discutir lá. Se ela tem convicção da sua posição, deve ir lá, no meio dos professores, e dizer isso. Não gravar, ficar fazendo confusão e destruindo uma construção histórica que essa categoria do Magistério fez com convicção pedagógica. Fico triste porque esse tipo de fala, que é um atraso, um retrocesso na educação.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, queria dizer também que não sou professor e não discuti isso durante o meu segundo grau, mas, na universidade, aprendemos com os melhores professores que não podemos fechar porta para nenhuma filosofia, não podemos banir Marx, Engels e Gramsci. Até porque quem faz esse banimento às vezes é adepto de filosofia de direita.

Eu li Fernando Henrique Cardoso na universidade, eu li outros mais à direita ainda do

que Fernando Henrique Cardoso, e temos que ler evidentemente. Portanto, acharmos que temos que banir os filósofos marxistas também está errado. Eu acho que não tem que ter doutrinação. Precisa ter apresentação do conteúdo e o objetivo. E quem quer ser um bom líder, um bom professor, um bom deputado de esquerda, tem que ler também o que a direita escreve e vice-versa. Então não dá para banir os grandes filósofos da educação, pelo contrário, acho que se lê muito pouco esses filósofos no Brasil, no magistério, inclusive nas universidades e na Sociologia hoje.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero agradecer a participação da deputada Luciane Carminatti e do deputado Sargento Amauri Soares, até porque acho que cumpri o meu papel de trazer para cá essa discussão.

Eu estou trazendo um e-mail que um pai mandou, e foi o que eu disse para o chefe de gabinete do secretário da Educação. Ele me falou inclusive desse chamamento dos professores para essa averiguação. É a oportunidade de estarmos discutindo. E por conta disso é que eu trouxe essa fala, até para que possamos estar cientes de todas essas questões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - SR. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimento também de forma especial esses valorosos servidores do estado de Santa Catarina, da Fatma, que pedem socorro, inclusive para este Parlamento.

No final do ano passado o governo mandou uma série de projetos para esta Casa, para a valorização profissional, mas infelizmente a Fatma ficou fora desse procedimento, inclusive com emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores

para que vocês todos, homens e mulheres, pudessem receber a gratificação necessária.

Então, vocês têm o nosso apoio na Assembleia Legislativa. Se o governo encaminhar, estaremos aprovando, sim, porque acho que vocês têm o direito, porque há 11 anos não recebem o reconhecimento do governo do estado de Santa Catarina. Sejam todos bem-vindos!

(Palmas)

A outra fala que me traz à tribuna, hoje, é sobre a questão do racismo, inclusive aparteei o deputado Sandro Silva que falava sobre o assunto.

Eu me lembrei de uma frase de Nelson Mandela que ficou 27 anos preso por causa dessas brigas na África, deputado Sargento Amauri Soares. Mas quando ele saiu e foi presidente da África, uma frase que foi muito marcante dele: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor, pela raça, pela religião, as pessoas aprendem a odiar e podem ser ensinadas então a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto."

É dessa forma que temos que ensinar as nossas crianças, desde pequenas. Não medimos a valorização do ser humano pela cor dele, qualquer cor. Nós temos que ter respeito.

Isso me remete à questão das mulheres. Falarei sobre o dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, comemorado no último sábado.

As mulheres sofrem muita discriminação, em qualquer sentido. Nós temos em qualquer momento que provarmos não que somos boas, mas que somos ótimas em tudo que fizemos. Nós temos que ser ótimas em tudo que fizemos. Temos que ser ótimas mães, donas de casa, profissionais, e na política nós somos exigidas mais ainda.

"Lá vem ela discutir de novo um assunto que diz respeito às mulheres". Mas tratando das mulheres nós estaremos também tratando da sociedade, porque são as mulheres que são detentoras da educação de meninas e de meninos. E nós precisamos de respeito.

Hoje, pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, o deputado Neodi Saretta mostrou-me um

twiter que perguntava assim: "O que querem as mulheres?"

O que a mulheres querem é respeito. Respeito, nada mais do que isso. Respeito pelo que elas fazem. Respeito por ser um ser humano, das escolhas, do trabalho delas. Nós vivemos num mundo ainda que não respeita as mulheres como deveria ser.

Trato aqui da violência doméstica, onde milhares de mulheres estão sendo vítimas de espancamento e de morte.

Hoje, no horário do PT, tenho a satisfação de falar sobre esse tema. E para o nosso mandato e para a história temos contribuído na vida pública. Falo do dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, que foi comemorado no último sábado.

Essa data histórica é um espaço para lembrarmos a luta que travamos até agora, e que não termina, das vitórias e avanços nesses últimos anos. Mas também é um dia para que possamos fortalecer a união de todas as mulheres para questões essenciais, como o direito ao reconhecimento justo, sem discriminações, no mercado de trabalho, sem violência ou qualquer outro tipo de manifestação que promova a exploração e o sofrimento do ser humano, em particular das mulheres.

Avançamos cada vez mais na construção de uma sociedade onde todas as mulheres tenham direito à felicidade, sonho pelo qual lutamos todos os dias. E para que esses avanços, srs. deputados e sras. deputadas, se concretizem, é fundamental um olhar atencioso para as políticas sociais que beneficiem as mulheres.

Com orgulho, apresento a todos vocês um pequeno trecho da fala da nossa presidente Dilma Rousseff, sobre os programas federais em apoio às mulheres, que foi ao ar no último sábado. E para quem não teve a oportunidade de ouvir, transmito agora no horário do PT.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A presidente Dilma Rousseff é uma mãezona, deputado Mauro de Nadal.

Nós sabemos que as mudanças culturais não são fáceis e ocorrem muito lentamente. E nós gostaríamos que esse ritmo fosse mais rápido, principalmente de valorização das mulheres. E tem sido constante a luta neste Parlamento para isso. Mas uma realidade precisa ser modificada no estado de Santa Catarina, srs. deputados.

Infelizmente uma pesquisa que foi realizada no Brasil escolheu 100 municípios que cometem mais violência contra a mulher. E pasmem, dos 100 municípios que cometem violência contra as mulheres, cinco são de Santa Catarina. Em primeiro lugar está o município de Lages, constando na lista como o 117º mais violento do nosso país. O município de Criciúma está em segundo lugar, Balneário Camboriú está em terceiro lugar, Chapecó está em 29º lugar como um dos municípios mais violentos no estado de Santa Catarina.

Por isso a bancada feminina desta Casa, juntamente com os srs. deputados, precisa mudar a essa realidade, para que o estado não conste nessa lista de municípios que mais agridem as mulheres, com um grande número de homicídios, como no caso do município de Chapecó.

Além disso, também o estado de Santa Catarina consta como um estado que paga de uma forma diferenciada. Infelizmente esses dados estão nesta pesquisa realizada em nosso Brasil com um dos estados que tem cinco municípios mais violentos com uma diferença salarial.

Então, srs. parlamentares e público catarinense, o que as mulheres querem é respeito.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência registra e agradece a presença do vereador Sergio Mello, do município de Penha.

Comunicamos, ainda, que é visível o baixo quórum no plenário.

Estamos recebendo em nossa Casa nesta tarde de hoje a honrosa presença do ministro Guilherme Afif Domingos, juntamente com o secretário Paulo Borhausen, com o deputado federal Jorginho Mello,

o que representa a Frente Nacional das Micro e Pequenas Empresas.

Comunicamos, ainda, que acabamos de receber das mãos do secretário Paulo Bornhausen a proposta do projeto de lei que cria o estatuto da micro e pequena empresa em Santa Catarina.

Os srs. deputados que participaram da sessão solene de posse da Fampesc no ano passado lembram que esse foi o pleito de todas as entidades que o governo se comprometeu encaminhar, que houve um pedido para que houvesse um grande debate antes da matéria entrar aqui, deputada Ana Paula Lima, até para ter uma tramitação rápida, porque essa é uma matéria que não tem Oposição e Situação.

Essa matéria interessa Santa Catarina, e o ministro testemunhou esse projeto, achou uma grande iniciativa do estado catarinense. E esta Presidência já determinou a convocação de uma reunião de líderes e os presidentes das comissões, deputado Marcos Vieira, onde a matéria vai tramitar, para amanhã de manhã, para que possamos dar conforme nos comprometemos celeridade no encaminhamento da discussão dessa matéria que interessa a toda sociedade catarinense.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu tenho certeza de que não haverá nenhuma oposição com relação a esse projeto, pois vai beneficiar todos os micro e pequenos empresários de nosso estado. E o estado de Santa Catarina foi o berço da Associação de Micro e Pequenas Empresas, sob a coordenação do empresário Pedro Cascaes, a quem faço uma justa homenagem.

Sr. presidente, quero dar parabéns à equipe de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que por ocasião do dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, fez um belo trabalho, com belas reportagens sobre a luta das mulheres.

Então, quero dar parabéns aos jornalistas da Rádio Alesc Digital, da TVAL, pelo belíssimo trabalho que oportunizou o conhecimento de todos os catarinenses das lutas de mulheres em conquistar o seu devido respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Esta Presidência, em nome da Mesa Diretora, também estende a toda a equipe os cumprimentos que v.exa. apresenta.

Passaremos à Ordem do Dia.

Em função da presença do ministro ainda na nossa Casa não temos quórum para apreciar os vetos que exigem uma quantidade maior de parlamentares, e para não colocar em prejuízo a deliberação dos vetos, esta Presidência determina a retirada da pauta do dia de hoje e inclusão na pauta do dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0081/2014, 0082/2014, de autoria do governador Neodi Saretta; 0083/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0084/2014, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos n.s: 0131/2014, 0132/2014, de autoria da deputada Angela Albino, 0133/2014, 0134/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0135/2014, de autoria do deputado Edison Andrino.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero no dia de hoje fazer mais uma vez um comentário sobre a questão da saúde financeira dos hospitais de Santa Catarina.

Infelizmente, a maioria dos hospitais do nosso estado ainda recebe exclusivamente pela tabela do SUS, tabela que foi pela última vez corrigida no de 1996. Então, de 1996 até agora já se passaram 16 anos, e o valor numérico daquilo que era

cobrado há 16 anos ainda continua sendo cobrado agora.

Um dia ouvi um comentário desta tribuna, que o Hospital de Caridade teria que trocar o nome, que tirassem a palavra caridade do nome desse hospital. Mas na verdade, o Hospital de Caridade não pode fazer mais caridade do que já faz, e só pelo fato de estar atendendo pelo SUS pelos valores aviltantes como está fazendo, já é o suficiente para continuar a merecer o nome Hospital de Caridade.

Infelizmente os 180 hospitais ditos privados, mas que na verdade são públicos, comunitários, hospitais de entidades religiosas, beneficentes e dificilmente tem um louco que resolva colocá-los para fazer atendimento pelo SUS, até porque financeiramente não existe a compensação. E DNA da grande maioria dos hospitais de Santa Catarina é justamente o da ação caridosa.

A finalidade principal desses hospitais como é o de Caridade e o de Azambuja, de Brusque, o Hospital D. Joaquim, e assim posso citar os 180 hospitais, todos têm o DNA principal de atender caridosamente àqueles que o procuram. Foram criados com esta finalidade. Receber por aquilo que fazem é uma questão apenas de fechar as contas. Como a grande maioria desses hospitais não têm como fechar as contas, primeiro buscam recursos junto à comunidade com os empresários, fazem rifas, jantares, botam um monte de coisas na roleta para buscar recursos para complementar a folha de pagamento e pagar as despesas do hospital. Paralelamente a isso também vão apertando os pagamentos deles. Aquilo que conseguem não pagar vão ajeitando, ou seja, os salários dos funcionários vão baixando.

Os funcionários, por exemplo, do Hospital de Caridade, as enfermeiras, os atendentes, os técnicos estiveram aqui na Assembleia Legislativa, fizeram um movimento para mostrar para as pessoas que seus salários estão muito baixos, insuficientes para suas despesas, para motivação no trabalho. E a direção do Hospital de Caridade, como a dos outros, não têm como pagar melhor

justamente por que por maior que seja o esforço da direção em fazer as cobranças do SUS, buscar recursos junto a entidades privadas, mesmo assim têm que pagar valores muito pequenos para esses funcionários.

Srs. deputados e pagar pouco ainda não é o pior, pois grande número dos hospitais ainda usam outro artifício: primeiro pagam os fornecedores, o mercado, a empresa que lava roupa, a que vende medicamentos, porque se não pagar eles não entregam mais no mês seguinte, e depois pagam os funcionários que estão na folha de pagamento e, por último, pagam os profissionais autônomos, aqueles que prestam serviço e que na verdade são os que fazem o hospital funcionar junto com os demais funcionários. Mas eles são imprescindíveis, pois os médicos são tão importantes quanto as enfermeiras, os auxiliares, assim como todos os funcionários são.

Mas se o cirurgião, o anestesista, o médico clínico deixar de atender o hospital, automaticamente ele vai acabar parando de funcionar.

Alguns hospitais de Santa Catarina, infelizmente, ou por conta disso, estão deixando de funcionar. Porque, na medida em que o hospital não repassa os recursos para os médicos, os médicos, gradativamente, ou de pouco em pouco, vão deixando de atender, com o escudo de que o SUS não os paga.

Na verdade, o SUS paga o hospital e o hospital deveria repassar para o médico, mas muitas vezes esse repasse do hospital para o médico não acontece e, na prática, o médico fica com a sensação de que o SUS não paga, como de fato não paga, porque não recebe para ele. Isso eu posso testemunhar de alguns dos hospitais. Eu, eventualmente presto algum atendimento onde não se recebe absolutamente nada. O diretor não repassa o recurso para a grande maioria dos médicos e inclusive a mim, que às vezes atendia alguns casos assim. Naturalmente, na medida em que eles param de pagar o profissional, vai diminuindo o atendimento pelo SUS.

Então, essa história de dizer que nós não temos médicos, que faltam médicos em Santa Catarina e no Brasil, que o Programa Mais Médicos poderia ajudar a resolver, é uma grande ilusão. A questão é justamente a gestão do SUS, que infelizmente não existe, deputada Ana Paula, não o diretor do hospital, nem o nosso secretário da Saúde. Temos que começar lá do Ministro da Saúde, que não entendeu ainda qual é de fato o problema do SUS.

Ou seja, o Ministério da Saúde não quer gastar dinheiro na Saúde, não quer colocar mais recursos na Saúde. Naturalmente que, não colocando recursos, essa é a melhor maneira para espantar o usuário do atendimento pelo SUS, atendendo mal pelo SUS, não pagando o médico, não pagando o hospital, pagando valores aviltantes. Tudo isso faz parte do grande Não do governo federal, que detém a maior fatia da arrecadação e insiste em não corrigir a tabela do SUS, alegando que, se corrigir a tabela, vai aumentar o valor que será repassado aos hospitais.

Em suma, aquele movimento aqui na Assembleia, em Santa Catarina, encabeçado pelo deputado Volnei Morastoni, Saúde+10, os 10% dos recursos, hoje o que o governo federal gasta com a saúde não passa de 4% do que arrecada. Deveria dobrar um pouco mais para poder ter uma alteração significativa.

Por isso, infelizmente os hospitais de Santa Catarina e do Brasil vão de mal a pior, por falta de gestão, por falta de recursos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, sr. deputado Serafim Venzon.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem às entidades comprometidas com a luta das mulheres no estado de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.